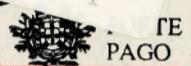


Diário do Alentejo

Director: ANTÓNIO ALEXANDRE RAPOSO

Director Adjunto: MIGUEL SERRANO



60º aniversário do "DA"

**Pintura e cinema
na continuidade
das comemorações
que estiveram
na Casa do Alentejo**

Uma exposição de pintura e escultura e um Ciclo de Cinema são mais duas iniciativas integradas no programa comemorativo do 60º aniversário do "Diário do Alentejo", assinalado no dia 1 de Junho.

Na Sala de exposições da delegação de Beja do INATEL está patente ao público, até 26 de Junho, uma mostra de pintura e escultura de colaboradores do "DA", nomeadamente António Carrilho, António Paizana, Paizana Junior, Jorge Castanho, Mário Elias, Leonel Borrela, Joaquim Figueira Mestre e José Palma.



Os anos cumprim-se

Os anos não se fazem, cumprim-se. O "DA" tem cumprido, como foi desejo dos seus fundadores e dos camaradas que vieram depois e muitos deles para nosso desgosto já partiram para terras donde se volta. E em memória deles que aqui continuamos.

José Moedas
3/06/92

Em Beja

5º Congresso (Extraordinário) sobre o Alentejo no próximo dia 13

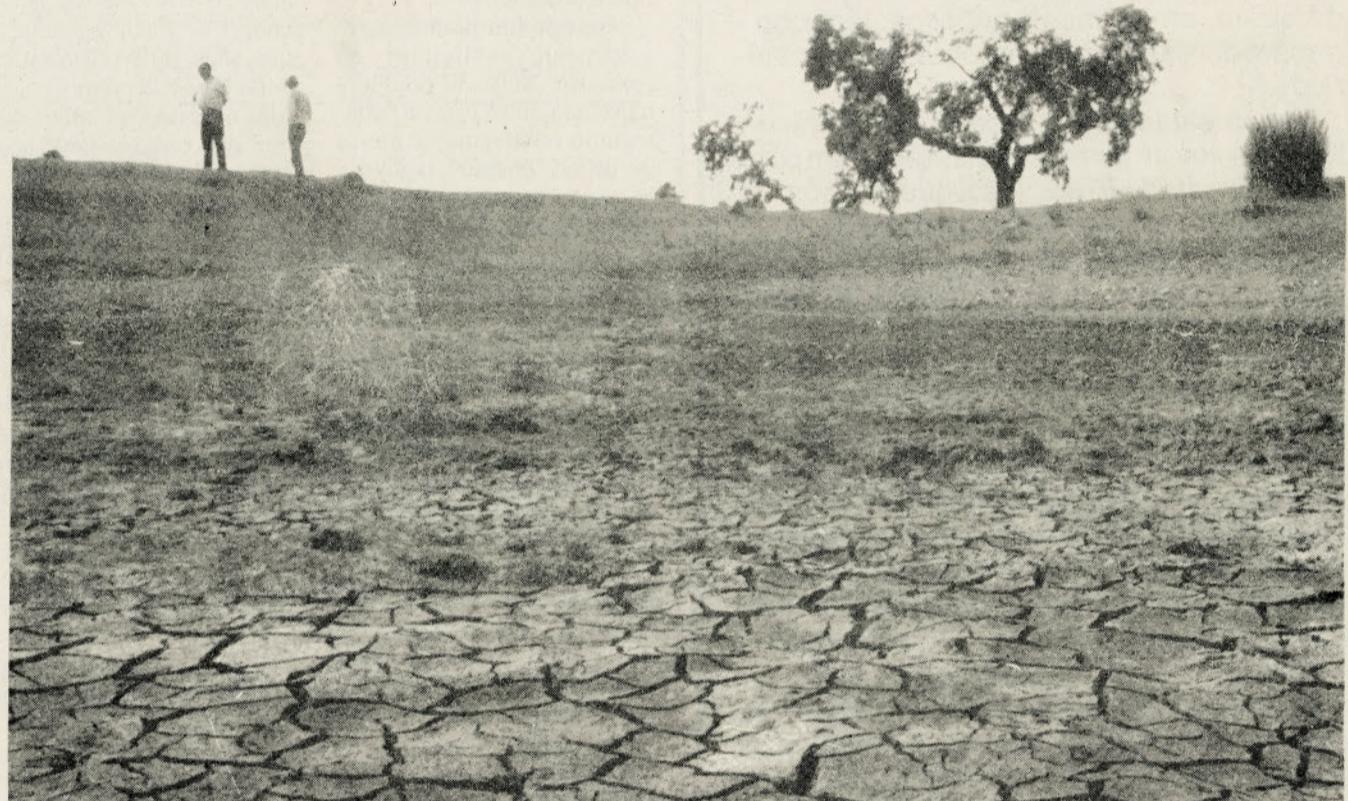


Foto de José Ribeiro (Lusa)

O V Congresso (extraordinário) Sobre o Alentejo, vai realizar-se em Beja, no próximo dia 13 de Junho.

"A ÁGUA COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO" é o tema central deste congresso.

"Um Alentejo sem água (diz-se num apelo), é o deserto, o abandono e a morte

lenta. A água é a chave não só para o progresso da agricultura como também para o abastecimento às populações, para fornecer à indústria e para diversos fins".

"ALQUEVA, sublinha-se ainda, é o empreendimento central e decisivo para que as secas não sejam cíclicas nem nos apanhem

sem soluções".

E o Secretariado Permanente do Congresso conclui este seu apelo pela presença naquela importante reunião de trabalhadores dos mais diversos ramos de actividade "agricultores, empresários, sindicalistas, homens e mulheres do desporto e da cultura, técnicos e autarcas, na

sessão de apresentação da Resolução do V Congresso, pelas 18,30 horas do referido dia 13 de junho, em Beja, na Casa da Cultura", como afirmação de vontade num Alentejo de progresso e de harmonioso desenvolvimento.

Ideias, Factos e Documentos

O celibato dos padres

Um texto de Henriques Pinheiro

Pág. 3

NOTA SEMANAL

Uma economia kafkiana

Pág. 11

Polícias de todo o país reivindicam sindicato

Pág. 6

EDITORIAL

A oportunidade de um Congresso

Amanhã a cidade de Beja é palco do V Congresso (Extraordinário) sobre o Alentejo.

Os promotores da iniciativa entendem que a situação angustiante provoca - da pela seca justificava este conclave.

É certo que as estruturas organizadas do Alentejo se movimentaram logo que se aperceberam da gravidade dos problemas que a seca vinha trazer. Como resultado das preocupações e das diligências que oportunamente foram efectuadas passaram pela região os altos dignitários dos poderes. Foi o Presidente da República, vários ministros, responsáveis bem colocados na C.E.E., deputados da Assembleia da República e do Parlamento Europeu, técnicos reputados sobre a problemática alentejana, nos vários sectores que a seca pôs em causa, enfim, uma avalanche de pessoas credenciadas que quiseram observar localmente os efeitos negativos de uma conjuntura que, sendo porventura anormal, não pode deixar de estar nas previsões de quem, em termos científicos, tem obrigação de estudar os fenómenos climáticos.

Todas estas acções, sendo convenientes, não foram demasiadas, nem tampouco suficientes. É por isso que se pôs de pé, de emergência, este congresso.

A esperança dos alentejanos de boa fé é que ele venha a ser um passo determinante e decisivo para que seja finalmente compreendido, a nível político, que o aproveitamento dos recursos hídricos desta vasta região não pode ser adiado.

Estudos credíveis estão feitos há décadas, agora reforçados com dados actuais. Não será por, mais uma vez, aparecer um grupelho anti-Alqueva a opôr-se ao projecto-suíno das nossas populações que a água continua a ser desaprovada.

A opinião pública nacional e regional está consciente de que o Alentejo e o país necessitam da concretização do empreendimento.

Exemplo disso, não temos dúvidas, é a resposta popular aos apelos que, de várias origens, têm surgido para que junto à Casa da Cultura de Beja, o dia de amanhã constitua um marco histórico no progresso e desenvolvimento da nossa comunidade.

O carro à frente dos bois ou de absurdo em absurdo até à reforma final

Sérgio Ribeiro *

Parece que esta presidência portuguesa vai ter a marca da reforma. Porque apresenta uma reforma (da PAC, que tanto pode ser política agrícola comum, ou presidência à Cavaco, ou Presidente Arlindo Cunha) como uma/a sua grande vitória; porque, naquela reforma, as reformas (dos agricultores) são um trunfo em baralho mais ou menos viciado; de que o Governo português retirou o naipe que deveria ser o seu: o social.

O carro à frente dos bois...

A expressão bem portuguesa de alguém "pôr o carro à frente dos bois" aplica-se com toda a propriedade à actualização do governo português, enquanto na presidência do Conselho de Ministros das Comunidades.

Fazendo um grande aproveitamento publicitário do consenso (limitado porque a Itália não entrou nessa) conseguido relativamente a esse difícil "dossier", o governo esqueceu-se do seu próprio programa de presidência, apresentado em Dezembro de 1991 — ou quer fazer esquecer-lo.

Nesse programa pode ler-se (traduzido do francês): "O pacote Delors II deverá permitir o indispensável reforço da coesão económica e social, a inevitável reforma da política agrícola comum (etc)".

Num programa que, no momento oportuno, nos mereceu críticas, esta parte não suscitou. O pacote Delors II era instituído com o motor (ou a "pedra angular" como se escrevia no parágrafo anterior de tal programa) dos "grandes compromissos, e a reforma da PAC, sendo um desses grandes compromissos, seria um carro a arrastar e, dada a sua natureza, os bois seriam o adequadamente motor.

O facto é que o governo português, ao conseguir — como se vangloria — o com-

promisso da reforma da PAC, colocou o carro à frente dos bois. Que, aliás, não parece nem com força nem com jeito para fazer andar.

E depois não digam que somos nós os únicos a afirmar que a ligação Maastricht/Delors II é fundamental, que nada se pode avaliar sem saber qual é o quadro financeiro que o via bilizará. O governo também o disse. Só que se esqueceu... e aparece, todo contente, a responsabilizar-se por os carros estarem à frente dos bois.

Malhas que o Imperialismo tece...

É evidente que isto não acontece por acaso, ou por o governo português/presidência das Comunidades ser mau, ou estar distraído.

Os Estados Unidos impuseram que a PAC se reformasse para que as negociações do GATT possam vir a chegar ao fim. Negoaciações que, aliás, já deveriam ter acabado em Dezembro de 1990! Mas os Estados Unidos querem que esta ronda de negociações, a Uruguay Round, seja mesmo liberalizante... no que à agricultura da CEE respeita, sobretudo para ter melhores condições de concorrência, nomeadamente no relativo aos cereais. Para isso, era preciso terminar com o sistema de subsídios à produção que a PAC praticava desde o seu lançamento, quando era objectivo fundamental (dos 6 que então formavam a CEE) incrementar a produção para diminuir o défice alimentar. Independentemente das potencialidades dos solos a pôr em repouso ou pousio ou a transformar em reservas para os senhores caçarem.

É verdade que essa política levou ao absurdo dos excessos. Aos rios de leite, às montanhas de carne, ao que lembra o livro *As Vinhas da Ira* do Steinbeck dos anos 20, ao mesmo tempo que se morre de fome aos milhões pelo mundo fora. Mas não foi a correção do absurdo a razão da reforma, foi a pressão dos Estados Unidos por causa das condições de concorrência. A maneira de quem trata uma colónia.

De absurdo em absurdo

Em vez de usar o método de redução do absurdo, adaptado do conhecido método de redução ao absurdo, usou-se o da mudança de absurdo.

Em vez de se procurar corrigir a política de subsídios à produção, que se levou tão longe que tornou produções excedentárias nos espaços comunitários, e de se procurar formas de as escoar que tivessem a ver com a satisfação das necessidades onde essa (in)satisfação está ao nível da maior privação, a alternativa foi a de subsidiar a quebra das produções no espaço comunitário.

O novo absurdo é o de subsidiar não a produção mas os produtores que deixarem de produzir, o que é ainda muito mais absurdo nos Estados-membros onde pouco se produz por baixa ser a produtividade, razão por que o défice alimentar é grande e obriga a importações que contribuem para um desequilíbrio externo crescente. Falo de Portugal, claro.

Por se produzir demasia - do nuns lugares, em resultado de uma velha política de subsídios à produção, nesses lugares passa a subsidiar-se a não-produção. O mais significativamente absurdo é que também noutros lugares da mesma "comunidade", onde pouco se produz, passe a ser subsidiado produzir-se ainda menos e, se possível, nada, agravando a sua já grave dependência alimentar. Independentemente das potencialidades dos solos a pôr em repouso ou pousio ou a transformar em reservas para os senhores caçarem.

Acompanhar a reforma de antecipação de reformas

Mas não basta.

Além de não ter em conta especificidades da agricultura portuguesa, como seria exigível que o governo fizesse em vez de ser o agente dos compromissos que levaram ao absurdo, é também preciso que

a população activa que trabalha na agricultura portuguesa diminua radicalmente. O que seria compreensível se fosse para produzir melhor, isto é com maior produtividade, e houvesse uma abordagem global (e séria) da economia que criasse postos de trabalho noutras secções.

Mas não. O alvo são as actividades produtivas. Enquanto se estimulam as actividades especulativas, se promove a acumulação de capital sem passagem pela produção, também se somam novas formas de ter réditos sem serem remunerações a trabalho, sobretudo a trabalho produtivo. A acrescer aos subsídios de desemprego, às pensões de reforma, há agora o incremento das reformas antecipadas, via reforma da PAC. Tudo a contribuir para inflação, e a culpa a ser atribuída — sempre! — aos salários e à luta pela sua melhoria.

A criação de condições financeiras para reformas antecipadas serve múltiplos objectivos. Menos trabalhadores na agricultura, menor produção. Por outro lado, por esta via, a reforma (da PAC) ganha eventuais defensores nos antecipadamente reformados em condições de privilégio material pois os subsídios "comunitários" servirão para isso. Bem ao contrário do que escrevia Guy Standing, que assimilava reforma antecipada a pobreza precoce. Mas também é preciso lembrar que o ataque à agricultura e não aos agricultores. A não ser que o especialista em questões do emprego e de reformas, ao falar de pobreza não se referisse só à pobreza material, mas também à que tem a ver com os homens estarem em idade e com capacidade para produzirem e serem pagos para não o fazerem.

Da presidência portuguesa ficará esta marca da reforma da PAC, a que não falta, por invés caminhos, o toque social das reformas antecipadas. Tanta matéria para reflectir quando se promove a alienação sob variadas formas.

* Deputado do PCP no Parlamento Europeu

Diário do Alentejo

Fundado em 1932

Fundadores — Carlos das Dores Marques e Manuel António Engana

Presidente do Conselho de Administração — José António do Rosário Lopes Guerreiro

Director — António Alexandre Raposo

Director Adjunto — Miguel Serrano

Redactores — José Moedas, Rafael Rodrigues, Francisco Pratas, Joana Gomes e Paulo Barriga

Grafismo — António Carriço

Secretaria de Redacção — António Bernardo

Correspondentes — Aljustrel — António Zácarias Gonçalves; Almodôvar — António Colaço; Alvalade Sado — Luís Martins Silva; Alvitro — Luis da Silva Cabanas; Arralolos — José Manuel Nunes Pinto; Borba — Helder Guéguês; Castelo de Vide — José Rabaça; Castro Verde — António José de Brito; Cuba — José Roque; Estremoz — Teodósio Caeiro; Évora — Luis Rocha; Ferreira do Alentejo — Luis Santana; Mértola — Miguel da Conceição Bento; Montemor-o-Novo — Carlos Alberto Fernandes; Mora — Luis Manuel Canelas; Moura — Maria do Céu Rato; Nisa — Mário Mendes; Odemira — Manuel Augusto Mar-

cos; Reguengos de Monsaraz — Ana Paula Amendoeira; Santo André — Raul Oliveira; Serpa — Carlos Amarelino; Sines — Joaquim Bernardo; Vila Viçosa — José António Carvalho.

Colunistas — Ana Paula Fitas; Carlos Dias; Correia da Fonseca; Eduardo Olímpio; Francisco Muñoz; Joaquim Figueira Mestre; Manuel Geraldo; Manuel Vieira; Martinho Marques; Miguel Urbano Rodrigues e Zillah Branco.

Cartoons — Carlos Rico

Charadismo — Manuel Gonçalves

Filatelia — Francisco Galveias e Geadá de Sousa

Fotografia — Fero Limpio, João Moura e Teresa Marujo

Tauromaquia — Manuel Vieira

Colaboradores — Ana Fonseca; Ana Paula Portugal; António Baptista Candeias; António Borges Coelho; António Brotas; António Eloy; António Melão; António Paisana; António Ventura; Augusto Rodrigues; Baltazar; Carlos Gradi; Cláudio Torres; Colaço Guerreiro; Daniel Machado; Daniel Nobre Mendes; Deodato Santos; Duarte Pimentel; Eduardo Gageiro; Eliseu Martins Efigênia; Fernando Graça e Silva; Germano Vaz; Henrique Pinheiro; João Honrado; José Jorge Letria; José Lapa Candeias; José Luis Soares; José da Luz Saramago; José Manuel Pelica; José M.M. Pote; Leonor Basílio; Luciano Caetano da Rosa; Luis Pavão; Mário Elias; Manuel Vilaverde; Miguel Quares -

ma; Orlando César; Q. de S.V.; Sérgio Ribeiro; Urbano Tavares Rodriguez; Vasco Riobom; Vicente Campinas; Viriato Camilo e Vultos Sequeira.

Publicidade — Leopoldo Santos

Assinaturas — Território Nacional e Estrangeiro — Semestral:

2.200\$00; Anual: 3.850\$00.

Propriedade — Associação de Municípios do Distrito de Beja — "Diário do Alentejo" (Câmaras Municipais Associadas: Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serra, Sines e Vidiúveira).

Sede — Praça da República, 43 — Apartado 70 — 7801 BEJA CO-DEX — Telefone 325716

Redacção — Praça da República, 12 — Apartado 70 — 7801 BEJA

CODEX — Telefone 323111

Telex Nº 18203 AMDBP — Fax Nº 326332

Publicidade e Assinaturas — Praça da República, 12 — Apartado 70 — 7801 BEJA CODEX — Telefone 325716

Oficinas Gráficas — Praça da República, 43 — Apartado 70 — 7801 BEJA CODEX — Telefone 325716

Depósito Legal Nº 29738/89



BIBL. MUNICIPAL DE BEJA
Av Vasco da Gama
P-7800 BEJA

Giro 1



Diário do Alentejo

Director: ANTÓNIO ALEXANDRE RAPOSO

Director Adjunto: MIGUEL SERRANO

V Congresso (Extraordinário) Sobre o Alentejo

TODOS COM ALQUEVA

Este foi o Congresso que a televisão de todos os portugueses esqueceu, mostrando assim o seu profundo desprezo pelo Alentejo — TODO o Alentejo. Paga pelos dinheiros de todos nós, que possibilitamos ordenados fabulosos às suas "vedetas" a RTP mandou às urtigas o convite que lhe foi expressamente feito — aliás como faz com as deslocações do Presidente da República —, mostrando-se apenas interessada nos "suspiros" governamentais.

Neste
número:

Textos de:

- António Brotas
- Baptista Candeias
- Henriques Pinheiro
- Munhoz Frade



No 69º aniversário da Casa do Alentejo

300 mil alentejanos vivem na área metropolitana de Lisboa
Dirigem 50 por cento das colectividades existentes
naquele espaço geográfico e fundaram 30 grupos corais

Pág. 5



Alentejano

A Casa do Alentejo comemorou o 69º aniversário da sua existência — noutro local destes edição disso mesmo se dá conta —; em Beja realizou-se o Congresso (Extraordinário) Sobre o Alentejo.

Como iremos repetir, mais de 300 mil alentejanos vivem, trabalham e sofrem saudades na área metropolitana de Lisboa, onde aliás existem 30 grupos corais e 50% das colectividades ali fixadas são dirigidas por alentejanos.

Mas o que é ser alentejano? O que o distingue? A pele morena? O cante? A saudade da terra? Agora a anedota, o acto de amor heróico em relação à verde? A luta pela sua liberdade, pela conquista do pão? O seu espírito crítico? O seu sofrimento, a sua poesia, as suas canseiras, aqueles longes que traz no olhar? O assumir em si próprio a dor da sinceridade? O ser esquecido e desprezado por um Governo que parece ter o Alentejo em engulho? Que distingue o Alentejano que Fialho de Almeida, Manuel da Fonseca, Manuel Ribeiro, Armando Rodrigues, Urbano Tavares Rodrigues, Torga, Eugénio de Andrade tão bem cantaram? O homem que ele é? A imagem que erigiu da própria sombra que se estende pela planície? O impulso da honestidade para uma transfiguração moral e espiritual? Que distingue o Alentejano? Pensamos que primeiro que tudo o facto de actuar por impulso próprio e não por ordem e disposição de outrem. Depois, pela relação vital com um passado que contribuiu para a sua maturação como indivíduo independente e vertical, que veste — foi Torga que escreveu isto? — o pelco do pastor com a dignidade da toga do juiz.

M.S.

EDITORIAL

Caminhos para o Alentejo

A expectativa gerada em torno do V Congresso Sobre o Alentejo não foi gorada.

De facto, as estruturas económicas, sociais, culturais, políticas e humanitárias de toda a região fizeram brio em estar representadas no conclave. Também um considerável número de técnicos de diversos sectores trouxeram o seu testemunho, apoio e contributo a esta acção de emergência que os promotores entenderam ter oportunidade inadiável.

É que numa ocasião em que se vai discutir na CEE a viabilidade do empreendimento de Alqueva a voz do alentejanos não podia calar-se. É velha a luta deste povo pela gestão racional das suas águas. Por isso o lema único do Congresso não poderia deixar de ser "A Água, factor de desenvolvimento".

As comunicações que foram apresentadas e muitas outras que, por falta de tempo, ficaram arquivadas para divulgação posterior, reforçaram a tónica de que é possível mudar a face do Alentejo. Basta para isso concluir o Plano de Rega há muito iniciado que tem como cúpula a construção da Barragem de Alqueva.

Mais uma vez foi demonstrado que, pese embora um ou outro aspecto negativo, Alqueva é irreversível para o desenvolvimento da região. Todos os estudos sérios para aí apontaram. O grave erro foi, sem dúvida, a interrupção dos trabalhos. Erro esse que provocou incontáveis e irrecuperáveis prejuízos ao Alentejo, ao país e até mesmo às regiões fronteiriças da vizinha Espanha.

Agora, com mais esta manifestação de vontade consensual que o Congresso traduziu e que terá o eco de vido na opinião pública nacional, avivou-se a esperança de que o governo português e os centros de decisão da comunidade respeitem os interesses do país.

Se foi delegada no Secretariado Permanente a responsabilidade de persistir nas acções imediatas para motivação de quem decide, deixa-se que este se faça rogar de apoios suficientes que, certamente, não faltarão.

Neste caso é de importância fundamental a Comunicação Social, como o Congresso reconheceu enaltecendo a sua presença em massa, no dia 13, em Beja. Com apenas uma lamentável exceção que os congressistas em uníssono condenaram: A RTP esqueceu-se naquele dia dos caminhos para o Alentejo.

Notas políticas - 2

A Dinamarca

António Brotas

A prazo o recente voto NAO no referendo da Dinamarca sobre a ratificação dos acordos de Maastricht vai ser altamente benéfico para a saúde, bem estar, riqueza e vitalidade da Europa.

A Europa é um aglomerado de povos e nações com culturas, línguas e passados que os identificam e diferenciam, não um conjunto de cidadãos que possam ser contabilizados por igual, como números de computador.

A Europa do futuro só pode ser a do encontro dos povos, não a da sua dissolução. Foi isto que, na sua pressa, os tecnocratas e comissários de Bruxelas e os políticos que se julgam "construtores da Europa" começavam a esquecer.

O que a Dinamarca veio lembrar é que os povos existem — incomodamente para eles, tecnocratas, e felizmente para nós, gente da Europa, com a identidade profundamente ligada aos povos a que pertencemos.

Vai ser um pouco mais demorado e complicado prosseguir com a construção da Europa depois do voto da Dinamarca. Não é grave. O pior que poderia suceder era a construção apressada de uma Europa simplificada, em que, por razões de rapidez e eficácia, as vozes dos países pequenos deixassem de se ouvir. De uma Europa em que, depois, nos sentíssemos mal e com direitos diminuídos.

A Dinamarca afirmou o seu direito de, continuando na Comunidade Europeia, fazer ouvir a sua voz de pequeno país.

Só lho podemos agradecer. A nossa obrigação é dar-lhe apoio e não começar a falar em Europa a 11, como fez o nosso ministro dos Negócios Estrangeiros.

Portugal é um país muito diferente da Dinamarca. Tem, em particular, uma economia mais fraca e uma grande emigração no centro da Europa. São razões mais do que suficientes para, na questão do acordo da Maastricht, se pro-

nunciar de modo diferente.

Mas não ser dado ao povo português o direito de se pronunciar directamente sobre o assunto, com argumentos de que não estaria para isso preparado, como disse a senhora Edite Estrela, ou de que os referendos são imprevisíveis, como disse o Primeiro Ministro, é perfeitamente inadmissível. O não reconhecimento da maturidade política do Povo português e a imprevisibilidade da Democracia eram os dois argumentos em que se apoiava o anterior regime.

A classe política está a cometer o gravíssimo erro de não aproveitar o referendo, ao menos consultivo, para se reencontrar e reconciliar com o país.

As forças armadas

Há uma Esquerda do tipo PSR que sempre fez da luta (verbal) contra o serviço militar e as forças armadas um ponto de honra dos seus programas e, quase se pode dizer, da sua identidade.

Avançou sempre com a pergunta: "Para que servem as forças armadas?" sem estimular qualquer debate, sobre o assunto, nem esperar resposta que, tida por evidente, não precisava, nem convinha, ser explicitada (se o fosse poderia revelar algumas fraquezas). Também não se preocupou em promover sondagens junto dos soldados à saída da tropa, ou dos homens que a fizeram há vários anos, para saber o que pensavam, se tinham aproveitado algo, se consideravam a tropa uma pura perda de tempo. Como Esquerda, considerava saber que "os jovens não querem fazer a tropa", e a verdade é que a ideia fez escola e foi adoptada pelas juventudes do PS e do PSD.

O que ninguém esperava é



Hans-Dietrich Genscher: O referendo dinamarquês não representa uma derrota para a Europa

que um partido, de certo modo equilibrado e sério como pretende ser o PSD, adoptasse, bruscamente, sem nenhum estudo nem debate sério, uma medida como a da redução do serviço militar obrigatório para 4 meses, que nem os mais imaginativos militares do PSR ousaram propôr.

A decisão foi há pouco mais de um ano. Nenhum país da Europa tomou medida tão extrema. Depois, houve a guerra do Golfo — altamente tecnológica —, e agora desenvolvem-se os conflitos do Leste com armas convencionais em que os militares quase se não distinguem dos civis.

Para que tipo de situação quer o governo preparar as nossas Forças Armadas?

É óbvio que é nossa situação geográfica, que nos dá a sensação do país não ter nenhum problema de defesa, que permite o Governo a abordar o problema da reestruturação das FA como se de uma mesma empresa tratasse, com os ministros Fernando Nogueira e Mira Amaral a falarem a mesma linguagem de economia e modernização.

Mas o problema não é mais complexo? Não era necessário um debate nacional antes de se tomarem medidas como a da redução brusca do SMO, que o de sarticular completamente, e agora da redução do quadro de oficiais?

Na ânsia de reestruturar, o

Governo esquece que as Forças Armadas portuguesas ainda são respeitadas como as forças que restauraram a democracia no país, e que é com o desenvolvimento do seu relacionamento com o mundo civil, e, no exterior, no âmbito de tarefas de pacificação, e não com tropas muito especializadas, que podem ser mais úteis.

Na ânsia de modernizar, arrisca-se, também, a confundir defesa com soberania. Não tendo o país, de facto, neste momento, problemas visíveis de defesa não interessa que as suas FA se modernizem com equipamentos que as deixem totalmente na dependência do exterior.

Nesse caso, as FA deixam de ser órgãos garantes da soberania, para serem órgãos que aumentam a dependência.

Um país é soberano enquanto tem soldados de infantaria para o defenderem. O resto, tanques, navios, aviões não dependem só dos homens. Por isso, uma vez que já fomos obrigados a usá-las, não devíamos mudar agora as G3. Não se trata de estar na expectativa de um qualquer conflito. É uma questão psicológica que tem que ver existência íntima de uma comunidade. É o que faz a diferença entre as Forças Armadas e uma qualquer empresa.

Espero que estas questões venham a ser muito mais discutidas, incluindo com a participação do PSR.

Diário do Alentejo

Fundado em 1932

Fundadores — Carlos das Dores Marques e Manuel António Engana Presidente do Conselho de Administração — José António do Rosário Lopes Guerreiro

Director — António Alexandre Raposo

Director Adjunto — Miguel Serrão

Redactores — José Moedas, Rafael Rodrigues, Francisco Pratas, Joana Gomes e Paulo Barriga

Grafismo — António Camilo

Secretaria de Redacção — António Bernardo

Correspondentes — Aljustrel — António Zácarias Gonçalves; Almodôvar — António Colaço; Alvalade Sado — Luis Martins Silva; Alvito — Luis da Silva Cabanas; Arraiolos — José Manuel Nunes Pinho; Borba — Helder Guéguês; Castelo de Vide — José Rabaça; Castro Verde — António José de Brito; Cuba — José Roque; Estremoz — Teodósio Caeiro; Évora — Luis Rocha; Ferreira do Alentejo — Luis Santana; Mértola — Miguel da Conceição Benito; Montemor-o-Novo — Carlos Alberto Fernandes; Mora — Luis Manuel Canelas; Moura — Maria do Céu Rato; Nisa — Mário Mendes; Odemira — Manuel Augusto Mar-

cos; Reguengos de Monsaraz — Ana Paula Amendoeira; Santo André — Raul Oliveira; Serpa — Carlos Amarelho; Sines — Joaquim Bernardo; Vila Viçosa — José António Carola.
Columnistas — Ana Paula Fitas; Carlos Dias; Correia da Fonseca; Eduardo Olímpio; Francisco Muñoz; Joaquim Figueira Mestre; Manuel Geraldo; Manuel Vieira; Martinho Marques; Miguel Urbano Rodrigues e Zillah Branco.
Cartoons — Carlos Rico
Charadismo — Manuel Gonçalves
Filatelia — Francisco Galveias e Geadá de Sousa
Fotografia — Ferro Limpio, João Moura e Teresa Marujo
Tauromaquia — Manuel Vieira
Colaboradores — Ana Fonseca; Ana Paula Portugal; António Baptista Candeias; António Borges Coelho; António Brotas; António Eloy; António Melão; António Paisana; António Ventura; Augusto Rodrigues; Baltazar; Carlos Grádiz; Cláudio Torres; Colaço Guerreiro; Daniel Machado; Daniel Nobre Mendes; Deodato Santos; Duarte Pimentel; Eduardo Gageiro; Eliseu Martins Efigénio; Fernando Graça e Silva; Germano Vaz; Henrique Pinheiro; João Honrado; José Jorge Letria; José Lapa Candeias; José Luís Soares; José da Luz Saramago; José Manuel Pelica; José M.M. Pote; Leonor Basílio; Luciano Caetano da Rosa; Luis Pavão; Mário Elias; Manuel Vilaverde; Miguel Quares -

ma; Orlando César; Q. de S.V.; Sérgio Ribeiro; Urbano Tavares Rodrigues; Vasco Riobom; Vicente Campinas; Vítor Camilo e Vulto Sequeira.

Publicidade — Leopoldo Santos

Assinaturas — Território Nacional e Estrangeiro — Semestral: 2.200\$00; Anual: 3.850\$00.

Propriedade — Associação de Municípios do Distrito de Beja — "Diário do Alentejo" (Câmara Municipal de Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Sines e Vidigueira).

Sede — Praça da República, 43 — Apartado 70 — 7801 BEJA CODEX — Telefone 325716

Redacção — Praça da República, 12 — Apartado 70 — 7801 BEJA CODEX — Telefone 323111
Telex Nº 18203 AMDBP — Fax Nº 326332

Publicidade e Assinaturas — Praça da República, 12 — Apartado 70 — 7801 BEJA CODEX — Telefone 325716

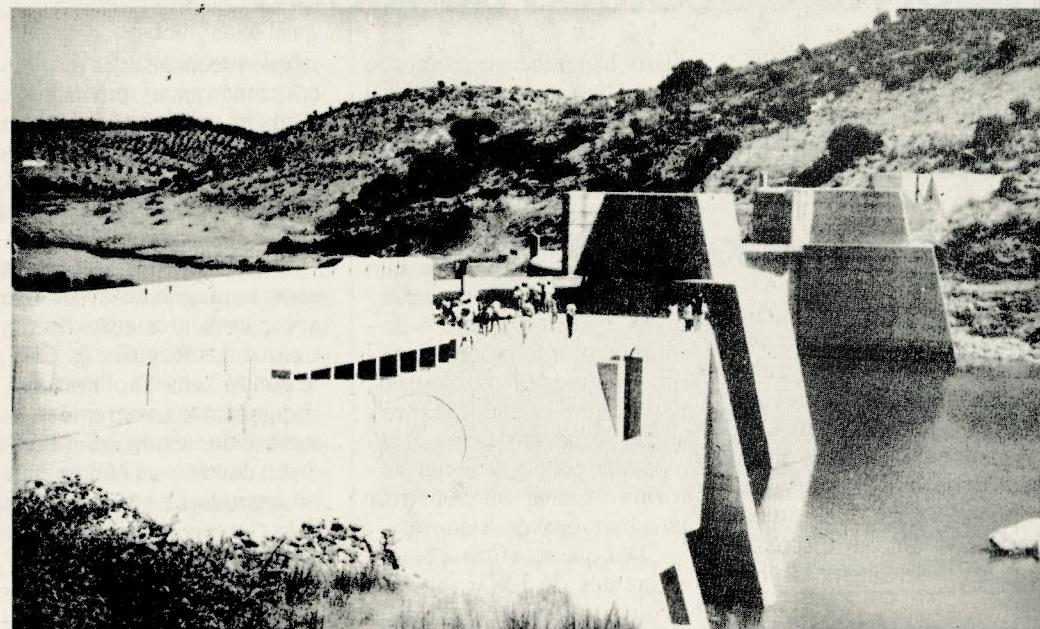
Oficinas Gráficas — Praça da República, 43 — Apartado 70 — 7801 BEJA CODEX — Telefone 325716

Depósito Legal Nº 29738/92



V Congresso Sobre o Alentejo

Resolução final



Pela sua importância publicamos, a seguir, na íntegra, a resolução aprovada pelo V Congresso Extraordinário Sobre o Alentejo:

Resolução

1. O Alentejo, cerca de um terço do território nacional, tem recursos e potencialidades capazes de assegurar o seu desenvolvimento integrado, desde que racionalmente aproveitados no âmbito de uma política de crescimento e desenvolvimento regional, apoiada por fundos, projectos e meios nacionais e comunitários.

O V Congresso (extraordinário) Sobre o Alentejo realizado em Beja, a 13 de Junho de 1992, constatou que, apesar da existência de recursos e potencialidades, de entre os quais a água sobressai como factor determinante, esta vasta região de Portugal continua a sofrer um acentuado processo de desertificação humana, animal e vegetal; a agricultura atravessa uma séria crise que a seca veio acentuar, e a indústria continua sem expressão — à exceção do complexo industrial de Sines, da zona mineira de concentrados piritosos de Aljustrel e Neves Corvo e da indústria dos marmores — e a actividade turística só tem alguma relevância no litoral alentejano no triângulo Portalegre, Castelo de Vide, Marvão e no eixo de Elvas a Évora.

Assiste-se à degradação do ecossistema do Guadiana e à degradação dos solos, florestas em grandes áreas, particularmente na zona de entre Mira e Guadiana e na margem Esquerda do Guadiana.

2. O V Congresso (extraordinário) Sobre o Alentejo alerta para o facto de — a não serem estancadas e invertidas as tendências referidas, o que pressupõe medidas e projectos concretos e urgentes para aproveitamento integrado dos recursos, para a defesa do meio ambiente e do património, com apoios específicos e suficientes nacionais e comunitários — o Alentejo estar a ser condenado à desertificação e à degradação ambiental, patrimonial e mesmo cultural.

O V Congresso alerta a opinião pública portuguesa e dos países da CEE para esta grave situação que tem responsáveis mas que urge inverter.

3. O V Congresso (extraordinário) Sobre o Alentejo alerta a opinião pública, os órgãos de soberania de Portugal e os centros de decisão da

CEE, para o facto de a construção do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva e a conclusão do Plano de Rega do Alentejo não poderem ser analisados apenas os efeitos directos, redutores e de curto prazo, mas sim, considerando todos os seus efeitos, de um ponto de vista global e de longo prazo.

Trata-se de preservar e revitalizar a vida em cerca de um terço do território de um país da comunidade. Trata-se de preservar e dignificar no Alentejo o seu mais valioso património — o Homem e a Natureza.

O V Congresso considera que a água constitui, na situação concreta do Alentejo, um factor decisivo de desenvolvimento. A forma adequada e comprovadamente possível para o aproveitamento e correcta gestão dos recursos hídricos de toda a região, particularmente do rio Guadiana, passa pela construção do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva que possibilitará a formação de uma albufeira com capacidade para armazenar mais de 4.000 milhões de metros cúbicos de água, única forma de viabilizar o Plano de Rega do Alentejo e de garantir o abastecimento urbano-industrial. Tal significará também o aprovei-

tamento de outros cursos de água tais como os do Tejo, Mira e Sado, garantindo a recuperação e reconversão dos perímetros de rega já existentes, a construção das barragens dos sub-sistemas de Alqueva e ainda de outras barragens de média e pequena dimensão. A viabilidade do empreendimento de Alqueva "está apoiada em pormenorizado estudo efectuado por equipas multidisciplinares que desenvolveram a sua actividade desde 1955 e por diversos outros estudos".

Nos estudos sobre impacto ambiental, feitos pela EDP, e Gabinete Coordenador de Alqueva foi concluído que "naturalmente que uma albufeira de dimensão da de Alqueva terá impacto no ambiente circundante, só que esse impacto é normal e perfeitamente suportável pela sua validade e efeitos positivos".

O próprio Relatório Intercalar, de Abril de 1992, sobre o estudo de avaliação global, adjudicado pela Direcção Geral das Políticas Regionais da Comissão das Comunidades

Europeias, sobre Alqueva, aponta no sentido de estudos anteriores e refere que "sem a albufeira de Alqueva não é possível regar o Alentejo".

Entretanto a Reforma da Política Agrícola Comum, com os novos constrangimentos para a agricultura alentejana dela decorrentes, constitui uma razão acrescida, para a urgente concretização do empreendimento de Alqueva já que este, assegurando o indispensável aumento da produtividade da terra, permitirá uma diversificação cultural capaz de dar resposta às solicitações dos mercados, fixar as populações e será um instrumento essencial de coesão económica e social tanto nos planos internos como comunitário.

O empreendimento de fins múltiplos de Alqueva tornará possível:

- A concretização do Plano de Rega do Alentejo com a irrigação de cerca de 200.000 hectares de solos com aptidão para o regadio, a curto, médio e longo prazo, o que contribuirá para a redução do enor-

me défice agro-alimentar do país que ronda os 60%; e potenciar as vantagens competitivas do Alentejo.

- A produção energética com energia a curto prazo renovável e não poluente;

- O abastecimento às populações e indústrias do Alentejo, designadamente ao complexo industrial de Sines;

- O eventual reforço do abastecimento de água ao Sotavento algarvio a relativa mente curto prazo e a todo o Algarve a partir do ano 2020;

- Eventual abastecimento de água ao sudoeste de Espanha (Huelva, Sevilha, Cádiz), mediante convénio bilateral a celebrar.

- A melhoria do nível de vida de toda a população através do aumento dos rendimentos agropecuários da diminuição do risco das actividades e da criação de milhares de novos postos de trabalho na agricultura tanto directos como nas actividades a montante e a jusante desta;

- A melhoria da qualidade de vida no Alentejo em ter-

mos directos e indirectamente a melhoria da qualidade de vida dos Portugueses.

- O incremento e diversificação das actividades turísticas;

- O fomento da aquacultura;

- A melhoria geral do meio-ambiente pela ameaçação das condições climáticas da região;

- A regularização dos caudais do Guadiana;

- A recarga dos níveis freáticos do sub-solo;

- O evitar as consequências dramáticas da seca como as que presentemente assolam o Alentejo.

O empreendimento de Alqueva será assim decisivo para assegurar e revitalizar a vida em todas as suas expressões nesta vasta parcela do território português.

4. O V Congresso (extraordinário) Sobre o Alentejo constata a existência de um grande consenso dos alentejanos, das principais forças políticas da região, das autoridades, dos sindicatos, das organizações empresariais, dos agentes culturais e desportivos, em torno da exigência da concretização de Alqueva e verifica a sua crescente vontade em lutarem por esse objectivo hoje tornado central para o futuro da região.

O Alentejo quer e pode ser uma região de progresso. Com o Alqueva, com o aproveitamento da águia e de outros recursos vitais, esta região poderá ser num futuro próximo a terra prometida de todos os alentejanos e de todos aqueles que aqui queiram trabalhar e viver.

O V Congresso (extraordinário) Sobre o Alentejo exige do Governo português uma decisão favorável ao empreendimento de fins múltiplos de Alqueva e o consequente envio da proposta a Bruxelas, sem o que a Comunidade Económica Europeia não poderá, mesmo que o deseje, considerar o seu financiamento.

O V Congresso exorta os alentejanos a unir mais os seus esforços e vontades na dinamização das acções necessárias por Alqueva, pelo Plano de Rega do Alentejo, pelo aproveitamento racional dos recursos hídricos, pela vida no Alentejo.

5. O V Congresso (extraordinário) Sobre o Alentejo delega no Secretariado Permanente dos Congressos Sobre o Alentejo, que se rodeará de quem julgar mais oportuno e conveniente, o indispensável desenvolvimento de acções e iniciativas junto da opinião pública, junto dos órgãos de soberania e junto dos centros de decisão da CEE, com o objectivo central da promoção do complexo de Alqueva e do desenvolvimento integrado e sustentado do Alentejo.

